

Brasília-DF, 02 de dezembro de 2025

NCST empossa Sônia Zerino como primeira mulher na presidência



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) realiza nesta terça-feira (2), a cerimônia de posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos para o quadriênio 2025–2029. O evento está marcado para as 18h, no ParlaMundi da LBV, em Brasília (SGAS 915, Lote 74, Asa Sul).

A solenidade marcará um momento histórico para a entidade: **Sônia Maria Zerino da Silva** assumirá a presidência da NCST, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo desde a fundação. Com longa trajetória no movimento sindical e forte atuação em pautas de igualdade e defesa dos direitos das mulheres, Sônia inicia um novo ciclo de liderança e renovação dentro da NCST.

A cerimônia reunirá dirigentes sindicais de todo o país, autoridades e convidados, reforçando a importância da unidade e do compromisso da Central com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Fonte: NCST

Congresso virou balcão de negócios e sindicatos precisam se capacitar, diz presidente do Diap



O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) fará seminários a partir do ano que vem para capacitar dirigentes sindicais a lidar com o

"balcão de negócios" em curso no Congresso, segundo a nova presidente do Departamento, Rita Serrano.

"Hoje nós temos um dos Congressos mais fisiológicos, clientelistas da história da democracia do Brasil. É que tornou as pautas que envolvem a sociedade, os trabalhadores e o desenvolvimento um balcão de negócios", diz Rita.

"Então é necessário conscientizar a sociedade e dar instrumentos para que os dirigentes sindicais façam esse debate", completa ela sobre a iniciativa batizada de "Diálogos estratégicos do Diap: sindicalismo, democracia, Parlamento e movimento".

O Diap é uma entidade sem fins lucrativos mantida por centrais sindicais e federações nacionais de trabalhadores para assessoria técnica e política. Ex-presidente da Caixa, Rita foi eleita para um mandato de três anos. Ela tomará posse na quarta-feira (3).

Rita diz que também quer intensificar o debate com as centrais sindicais sobre a redução da jornada de trabalho e a regulamentação dos aplicativos para aumentar a pressão sobre o Congresso. "Esses trabalhadores são autônomos, precarizados, têm uma representação sindical ainda muito iniciante, jornadas longas. Então o objetivo é atuar para regulamentar para conseguir direitos, como aposentadoria e melhores condições de trabalho", afirma.

Fonte: Folha UOL

Baixa no desemprego só será sustentável com salários maiores e combate à precarização, defende sociólogo

Brasil atingiu no trimestre encerrado em outubro a taxa de desemprego de 5,4%



Especialista alerta para expansão da pejetização e da uberização, mesmo com melhora nos indicadores de trabalho | Crédito: Marcelo Casal Jr./Agência Brasil

Mesmo com a melhora recente na taxa de desemprego, em 5,4%, o Brasil continua enfrentando um desafio estrutural: ampliar a qualidade e a remuneração das vagas criadas. A avaliação é do sociólogo Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, em entrevista ao Conexão BdF, da Rádio Brasil de Fato.

Segundo ele, o ciclo positivo só se manterá se vier acompanhado de um aumento real dos rendimentos. "Melhor salário, mais emprego, cresce a massa salarial", afirmou. Esse movimento, diz, tem efeitos

Brasília-DF, 02 de dezembro de 2025

diretos no consumo e no crescimento econômico. "Se nós temos maior capacidade de consumo, a economia tem que produzir mais e isso tudo reverte uma dinâmica virtuosa", explicou.

Apesar disso, Lúcio alerta que o país ainda convive com profundas desigualdades e vínculos frágeis. "O mundo do trabalho no Brasil é fortemente composto por presença de trabalho precário, especialmente o trabalho doméstico, 90% feito por mulheres e mulheres negras", destacou. Ele também chamou atenção para pressões patronais por pejetização e para o avanço da uberização. "Isso tudo está presente nesse mundo do trabalho", lamentou.

Para enfrentar esse cenário, ele aposta no papel das centrais sindicais. "O movimento sindical tem várias frentes de atuação", apontou, citando negociações diretas com empresas, políticas públicas e pautas nacionais como a valorização do salário mínimo e a o ajuste do Imposto de Renda (IR). Segundo Clemente, a mudança recém-sancionada terá um impacto direto na renda. "Quem ganha até R\$ 5.000 deixará de pagar imposto de renda. É como se o trabalhador passasse a ter um décimo quarto salário", indicou.

O sociólogo defende que um mercado de trabalho mais justo depende de esforço conjunto entre o governo, as empresas e os sindicatos. "Se tivermos crescimento econômico contínuo, as empresas terão que fazer uma melhor oferta salarial e de condições de trabalho", concluiu.

Fonte: Brasil de Fato

Governo reduz projeção do salário mínimo de 2026 para R\$ 1.627

Inflação mais baixa leva o Ministério do Planejamento a rever a previsão do salário mínimo para os próximos quatro anos.



Piso salarial de 2026 deve ter um aumento de 7,18% sobre o salário mínimo atual de R\$ 1.518. Gabriel Cabral/Folhapress

O governo federal revisou para baixo a estimativa do salário mínimo de 2026, de R\$ 1.631 para R\$ 1.627, segundo documentos enviados pelo Ministério do

Planejamento ao Congresso Nacional para subsidiar a análise do Orçamento do próximo ano. A redução de R\$ 4 no valor previsto reflete a desaceleração da inflação ao longo de 2025, componente central da política de valorização do piso salarial.

Se confirmado o novo valor, o salário mínimo de 2026 terá um aumento de 7,18% sobre o piso atual de R\$ 1.518. Mesmo com a revisão, a política estabelece ganho real, ou seja, reajuste acima da inflação.

A correção do salário mínimo segue uma fórmula que combina a inflação acumulada em 12 meses até novembro, medida pelo INPC, e o crescimento do PIB de dois anos antes, no caso de 2026, o desempenho econômico de 2024.

O governo explica que a redução ocorreu porque a inflação deste ano avançou menos do que o previsto. Com preços de produtos e serviços subindo em ritmo mais moderado, a variação do INPC, base para o reajuste, também diminuiu, levando à correção menor.

PIB de 2024 garante ganho real, mas com limite

A economia cresceu 3,4% em 2024, segundo o IBGE, o que permitiria um ganho real mais robusto no piso salarial. Porém, o aumento efetivo está limitado ao teto definido pelo arcabouço fiscal, que permite acréscimo de até 2,5% acima da inflação. A regra busca evitar que o crescimento das despesas obrigatórias, como aposentadorias e pensões, comprometa a sustentabilidade das contas públicas.

Governo também revisa projeções de anos seguintes

A atualização enviada ao Congresso também reduziu a projeção de salário mínimo para anos posteriores:

- 2027: de R\$ 1.725 para R\$ 1.721
- 2028: de R\$ 1.823 para R\$ 1.819
- 2029: de R\$ 1.908 para R\$ 1.903

Os ajustes refletem a expectativa de inflação mais baixa, o que reduz a trajetória de crescimento do piso salarial.

Impacto no Orçamento e despesas obrigatórias

O valor do salário mínimo influencia diretamente uma série de despesas federais, como:

- aposentadorias e pensões do INSS
- BPC (Benefício de Prestação Continuada)
- seguro-desemprego
- abono salarial

Apesar da revisão, o Ministério do Planejamento informou que não pediu redução dessas despesas no projeto de lei orçamentária de 2026. Segundo a pasta, eventual corte cabe ao Congresso, que decidirá se ajusta ou não as projeções ao longo da tramitação.

Brasília-DF, 02 de dezembro de 2025

"A projeção menor tende a reduzir o gasto com benefícios, mas a decisão final depende da variação da base de beneficiários e da avaliação dos parlamentares", informou o ministério.

Valor final sai em dezembro

O valor definitivo do salário mínimo será conhecido em 10 de dezembro, com a divulgação do INPC de novembro, fechado pelo IBGE. A estimativa é de que o número final fique muito próximo da projeção atual.

A fórmula de correção prevê:

- inflação (INPC) entre dezembro do ano anterior e novembro do ano corrente
- crescimento do PIB de dois anos antes
- limite de ganho real de até 2,5% acima da inflação

O governo Lula retomou a política de valorização do salário mínimo em 2023, após anos de correções restritas à inflação.

Fonte: Congresso em Foco

Dino defende competência da Justiça do Trabalho para casos de pejetização

Divulgação / ABFP



Para Dino, retirada de casos de pejetização da Justiça do Trabalho deixaria as varas estaduais sobrecarregadas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, afirmou na sexta-feira (28/11) que a Justiça do Trabalho tem competência para tratar de atividades laborais mais flexíveis, como a pejetização. Uma corrente do Direito sustenta que esses casos são da alçada da Justiça comum, por não serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas Dino defende que essa posição é inconstitucional.

O magistrado falou sobre o assunto no IV Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho, em Foz do Iguaçu (PR). O evento é promovido pela Academia Brasileira de Formação e

Pesquisa (ABFP), em parceria com a Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho (ABMT).

Para Dino, a transferência de todos os processos sobre novas formas de trabalho para a Justiça comum teria, como consequência, a criação de "uma segunda Justiça do Trabalho dentro da Justiça estadual" em todos os tribunais.

"Então você vai transformar as varas cíveis em varas trabalhistas, ter duas Justças do Trabalho, a da União e a dos estados. Alguém já mediu o impacto fiscal disso? A taxa de congestionamento da Justiça estadual vai explodir. A gente precisa ter cuidado com aquilo que deseja", criticou.

Segundo o ministro, um dos pontos centrais do Tema 1.389, no qual o STF discute a legalidade e os limites da pejetização, é a distinção entre contratos civis legítimos e fraudes.

"Eu já julguei casos assim: 'Este cidadão é um vendedor de sapato. Ele vende sapato, ele trabalha numa loja de modo subordinado, ele tem horário, portanto ele tem todas as características de um vendedor de sapato. Mas ele é um empresário, ele é uma pessoa jurídica'", exemplificou.

Busca por equilíbrio

O grande impasse atual, segundo Dino, é que o regime CLT é desafiado por formas intermitentes e temporárias de trabalho. O desafio, para ele, é evitar que essas novas formas resultem em trabalho desumano ou precário, sem direito algum.

O ministro reconhece que, em casos de trabalhadores plataformizados, como os cerca de dois milhões que hoje atuam no ramo de transporte, há quem legitimamente não queira ter carteira assinada e vê a atividade como um "bico" ou complemento de renda.

O Estado, segundo ele, deve proteger essa vontade, porque está em consonância com os princípios constitucionais da liberdade econômica e da livre iniciativa. Contudo, mesmo quando a opção autônoma é legítima, ela não deve ser destituída de direitos básicos.

Cisão no STF

Dino disse que ele e seus colegas de Supremo têm discutido o melhor desfecho para o caso, que deve ser julgado nos primeiros meses do ano que vem. Sem adiantar votos dos ministros, ele afirmou que há duas linhas de pensamento.

"Nós temos dois pacotes, um mais soft e um mais hard. No pacote mais soft, o Supremo diz assim: 'Tem autonomia, liberdade econômica e livre iniciativa. Mas

Brasília-DF, 02 de dezembro de 2025

o beneficiário da atividade tem o dever de garantir seguro contra acidente e previdência. Esse é o pacote mais soft”.

Outra ala, segundo ele, é mais garantista. “Tem outro pacote que diz que, além do seguro e da Previdência, tem de ter repouso semanal remunerado, pelo menos, até porque esse é um preceito bíblico. Repouso semanal remunerado é anterior a Jesus Cristo”, concluiu.

Fonte: Consultor Jurídico

Renda do trabalho e salários pesaram para redução da desigualdade, diz Ipea



O estudo do Ipea detalha a contribuição de diferentes fontes de renda para a queda da desigualdade em diferentes períodos - (crédito: Pixabay)

Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que o Brasil atingiu os melhores resultados sociais e distributivos da era pós-Real. A renda do trabalho e os salários tiveram o maior peso na redução da desigualdade nos últimos anos, superando a influência de programas de transferência de renda como o Bolsa Família.

O índice de Gini, que mede as diferenças de renda e condições de vida, atingiu 50,4 pontos, o menor patamar registrado desde 1995. É importante notar que, na escala de 0 a 100, quanto menor o índice, melhor é a distribuição de renda.

A melhoria dos indicadores é atribuída à recuperação do mercado de trabalho nos últimos anos, marcada por mais emprego e maior elevação das médias salariais. O estudo do Ipea detalha a contribuição de diferentes fontes de renda para a queda da desigualdade em diferentes períodos.

No período mais longo (2021-2024), a queda total no Gini foi de 3,9 pontos. Dessa queda, 49% se deu por conta dos rendimentos do trabalho e 44% foi atribuída às chamadas “transferências assistenciais”.

No biênio recente (2023-2024), a redução do Gini foi de 1,2 pontos, sendo que cerca de metade da redução continuou associada ao mercado de trabalho. A contribuição das transferências assistenciais foi bem menor, respondendo por -0,2 pontos de Gini — ou 16% da queda. Os benefícios previdenciários contribuíram com -0,3 pontos (22%).

A análise do instituto, baseada na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, também destaca que o crescimento das médias de rendas familiares acompanhou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), indicando que a riqueza gerada está sendo distribuída de forma mais igualitária.

A renda domiciliar média per capita se recuperou no triênio de maior crescimento do poder de compra médio dos brasileiros desde o Plano Real, acumulando uma alta de mais de 25% — o equivalente a 7,8% ao ano entre 2021 e 2024. No último ano, a renda média alcançou o maior valor da história, totalizando R\$ 2.015 por pessoa (em preços médios de 2024).

Fonte: Correio Braziliense

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

25 DE NOVEMBRO

DIA INTERNACIONAL
Da Não Violência
Contra Mulher

21 dias de Ativismo

Nenhuma forma de violência é amor.
Respeito é o mínimo.
Hoje, e sempre
dizemos **não à**
violência contra
mulher.

Ligue e denuncie
180

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI